

Às dezoito horas e vinte minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e dois, foi iniciada a quarta reunião ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE SÃO PEDRO D'ALDEIA na Casa da Cultura Gabriel Joaquim dos Santos (Avenida Francisco Coelho Pereira, 255 – Centro/São Pedro da Aldeia), sob direção da Conselheira Giselle Ruiz, Presidente, que convida a Conselheira Cleise, da secretaria executiva, para compor a mesa. Antes de aprovação da ata de reunião anterior, registra recebimento de e-mails com ressalvas de duas conselheiras, e solicita que a secretária executiva proceda esclarecimentos. A Conselheira Cleise comunica que cópias impressas com as ressalvas enviadas pelas Conselheiras Aline Moschen e Joseane (junto com o conselheiro Elson), estão à disposição para leitura. Registra que a ata de vinte e sete de junho do corrente foi escrita com fiel transcrição de gravação operada pelo Conselheiro Augusto Azevedo, por solicitação da mesa coordenadora dos trabalhos, e sugere a Presidente que as Conselheiras Aline Moschen e Joseane ouçam a gravação, em sendo necessário, parte das ressalvas serão inclusas. Informa que antes de começar a gravação, na última reunião, a Presidente registrou recebimento de material enviado pelo IPHAN, também incluso em ata e que o expediente de gravar as recentes reuniões foi medida coerente da Presidência, em face da preocupação quanto o número de ressalvas enviadas por alguns Conselheiros, algumas inclusive, com suspeição de parte do texto registrado em ata pela mesa coordenadora, que é um fato grave, e registra que a ata de vinte e sete de junho enviada para a leitura dos colegas, foi na íntegra da gravação, ficou longa, e sugere que seja solicitado às Conselheiras Aline Moschen e Joseane, que apresentaram ressalvas, que escutem a gravação que detalha a reunião, de modo a fazer devido registro de algo que porventura esteja faltando em ata. A Conselheira solicita que as Conselheiras acompanhem o Conselheiro Augusto para ouvir a gravação, que elucida tudo, como outros interessados em ouvir a gravação, de modo avançar no ponto de aprovação da última ata, e informa as cópias impressas das atas anteriores, de todas as reuniões, a disposição dos Conselheiros, e que a presente reunião está sendo gravada, para devido registro, elaboração da ata. A Presidente Giselle registra que por curiosidade, verificou as atas do Fórum Cultural de São Pedro, com apenas uma folha, uma folha e meia, um resumo geral e só, como a ata do mês de abril do Conselho, elaborado nesse parâmetro, um resumo, garantindo inteiro teor da discussão. As atas seguintes ficaram enormes, com várias ressalvas e uma certa exigência de detalhamento excepcional. A presidente esclarece para o plenário sobre o significado de uma ata: registro ou resenha de fatos ou ocorrências verificadas e resoluções tomadas numa assembleia ou numa reunião de corpo deliberativo ou consultivo de uma agremiação, associação, diretoria, congregação. Registro escrito de uma obrigação contraída por alguém e afirma que a função da ata é registrar resumidamente e com clareza as ocorrências, deliberações, resoluções e decisões de reuniões ou assembleias. Deve ser redigida de maneira que não seja possível qualquer modificação posterior. Após esse esclarecimento a Presidente passa para o primeiro ponto que é aprovação da ata da reunião de vinte e sete de junho do corrente, sendo encaminhada por e-mail, com tempo hábil para leitura e solicita que o plenário se manifeste, para aprovação da ata. A Conselheira Mariana solicita inscrição e afirma que na reunião passada fez, com outro Conselheiro, ressalvas para ata e em nenhum momento foi colocado que alguns conselheiros fizeram ressalvas e isso deve constar na ata. A Presidente informa que isso já consta na ata. A Conselheira Mariana, no uso da fala, afirma que as ressalvas não foram adicionadas e isso foi questionado. A Presidente reafirma para Conselheira que esse registro consta em ata e somente as ressalvas enviadas pelas Conselheiras Joseane e Aline Moschen ainda serão apreciadas, frente à

gravação da reunião. A Conselheira Mariana esclarece que são ressalvas da outra reunião que não foram incluídas, e a ata não foi alterada no site e que isso precisa ser dito na ata. A Presidente indaga se a Conselheira está falando da ata da reunião anterior a vinte e sete de junho, e a Conselheira Mariana responde que trata da última ata debatida, antes dessa reunião, pois seria alterado no site, depois de aprovadas às ressalvas, mas não aconteceu isso. O Conselheiro Augusto, no uso da fala, se dirige a Presidente, indaga se não foi dito que estava sendo analisada pela mesa. A Presidente confirma, uma vez que a Conselheira Cleise informou que todo inteiro teor da reunião citada consta em ata, sendo enviadas para o site, como de praxe. Até que sejam concluídas outras consultas que a mesa está operando, justamente pela seriedade do que foi apresentado pelo conselheiro suplente Elson, que levantou suspeição da lavra da ata. O Conselheiro Augusto distribui cópia das ressalvas enviadas para ata de vinte e sete de junho, além de cópias da ata para aprovação. A Conselheira Mariana, no uso da fala, insiste sobre a retirada da ata do site. A Conselheira Cleise, em resposta, registra que as atas seguem para divulgação pública das reuniões do Colegiado. O Conselho tem um trabalho sério, com pessoas de postura proba e todos os encaminhamentos do plenário são respeitados, onde os documentos, com inteiro teor aprovados, seguem para o site. Enquanto a mesa procede a consulta de atesto as ressalvas enviadas pelo Conselheiro Elson, como já esclarecido, a ata, como documento público que é aprovado em plenário, é material de consulta pública. Inclusive, se outros Conselheiros da sociedade civil quiserem, é só fechar horário para que todos acompanhem esse atesto, pois a sociedade civil acompanha, colabora, fiscaliza, mas a sociedade civil não estabelece ou impõe, para isso existe uma eleição que legitima esse ou aquele representante a assumir o executivo, e na sequência, compor a equipe de auxiliares, assim é a prática democrática. Aqui nosso entendimento é de cooperação, agradecendo todo esforço da sociedade civil, em tudo, pois a responsabilidade da documentação do Conselho é nossa, é de todos. A mesa diretora avaliou a gravidade do questionamento levantado com relação à lavra das atas, tanto que a mesa não resolveu o fato isoladamente, abrindo consulta para que outros Conselheiros façam devidos atesto, a partir das gravações. A Conselheira Mariana, no uso da fala, continua questionando que tudo deve constar em ata, protocolado, e que por exemplo, algumas ponderações que fez, não consta na ata, o momento que foi interrompida pela Conselheira Cleise, também não consta na ata. A Presidente se dirige a Conselheira Mariana reafirmando que a mesa acabou de registrar o que é uma ata e se dirige ao Plenário para seguir o ponto de pauta, reiterando que a ata é um resumo da ideia principal, com devidos registros no texto e cita como exemplo as atas do Fórum Cultural da cidade e de outros Conselhos, onde se verifica que assim é feito, caso outro, as atas do Colegiado se transformam em livro, uma única ata. A Presidente consulta a plenária se tem consenso para aprovação da ata de vinte e sete de junho, sendo acordado a escuta da gravação, caso assim desejem as Conselheiras Aline Moschen e Joseane para atesto das ressalvas, com fiel transcrição da gravação. A Conselheira Joseane afirma querer ouvir a gravação, e nessas condições, fiel ao texto, concorda com a aprovação da ata. A Conselheira Cleise confirma que a gravação está à disposição. A Presidente procede votação para aprovação da ata da reunião anterior, uma vez que não teve consenso da plenária com discordância da Conselheira Mariana. Com manifestação da maioria do plenário a ata de vinte e sete de junho é aprovada. A Conselheira Cleise solicita a Presidente uso da fala para registros operacionais e informa que na mesa do café tem várias publicações a disposição dos Conselheiros, entre livros e documentos sobre as etapas do Sistema Municipal de Cultura de São Pedro da Aldeia (LEI 2.527 de 26 de fevereiro de 2014), mesmo material encaminhado pelo secretário Thiago Marques para a Câmara dos Vereadores, para ciência dos parlamentares dos

passos que a Secretaria está trabalhando para a reestruturação do Sistema Municipal de Cultura, e na sequência, revisão do Plano Municipal de Cultura de São Pedro, que em breve estará em discussão na Casa Legislativa, junto com o material do SMC. Informa que a Presidente Giselle Ruiz encaminhou material referente ao Conselho Municipal de Política de Cultural para os Vereadores, que além do acesso digital, foi entregue impresso. A iniciativa de envio do material se deu em função da manifestação de um parlamentar pelo interesse sobre os assuntos do Conselho, inclusive, sobre o Plano Municipal de Cultura e sobre a lei Aldir Blanc 2 e Lei Paulo Gustavo que ele ouviu na TV, se a cidade está apta para receber a verba. A Conselheira Cleise encerra fala com informe entusiasmado que o Congresso Nacional fechou acordo para votação dos dois vetos que impedem a tramitação das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2, com favorável cenário para liberar a dupla de leis que vai injetar anualmente mais de três bilhões para cultura, com repasse para municípios e estados, onde São Pedro da Aldeia recebe ainda este ano mais de 800mil reais, e a cada ano, mais de setecentos mil reais, para repasse direto aos artistas através de prêmios e editais. A plenária se manifesta com satisfação pelo acordo do Congresso Nacional, e a Presidente segue a reunião, com sequente aprovação da pauta única que trata de apreciação e discussão de dissolução do atual Conselho, com imediata convocação da 4ª Conferência Municipal de Cultura de São Pedro da Aldeia, para nova composição do Conselho. A Presidente esclarece que trata de uma proposta levantada não apenas por um conselheiro, e que deve ser discutida amplamente, pois o assunto deve ser apreciado pelo colegiado com calma, com tempo, e abre inscrições. A Conselheira Rita solicita inscrição e registra que estava em casa, pensou e chegou numa conclusão, que o Conselho desde o começo está todo errado, e assim vem fazendo reuniões, desde a posse. Não concorda em acabar com o Conselho, ele tem que ir errado até o final, e que é necessário passar a acertar daqui pra frente. O que é injustiça, que a justiça resolva e o que é sobre a Cultura, que o Conselho resolva, e que tem que acabar com as brigas, os bate bocas, porque está ficando feio, ridículo. A Conselheira esteve em Iguaba e passou uma vergonha enorme e acha melhor que todos os conselheiros, todos que são educados, precisam respeitar os Conselheiros e deixar as picuinhas para justiça e para quem quiser resolver, e seguir o Conselho de um jeito decente e educado. A Presidente consulta o plenário que a matéria está em discussão, com inscrições de três minutos. A Conselheira Mariana solicita inscrição para leitura de uma carta feita com parte dos membros representantes da sociedade civil no Conselho, referente à proposta de dissolução e inicia leitura. A Conselheira Joseane conclui a leitura da carta e afirma que a carta vai assinada pelos conselheiros da sociedade civil que são contra a dissolução arbitrária do Conselho. A Presidente Giselle Ruiz reafirma que o plenário continua em discussão, com inscrição de falas. A Conselheira Joseane, ao entregar cópia da carta para mesa diretora, solicita que seja anexada na ata. O Conselheiro Elson solicita inscrição. A Presidente informa que a reunião não pode ser gravada, somente com autorizo da plenária, e que a gravação da mesa é para lavra da ata. O Conselheiro Elson fala da garantia da permanência do Conselho, porque é Lei, fala dos vários fatos até a eleição do Conselho. Cita o artigo 29, inciso 2 da Constituição. Fala das eleições municipais, das atribuições de um Conselho de Cultura no Sistema Nacional, cita a Lei Orgânica do município, no seu artigo 223 e 226, que trata de atividades promovidas na educação da cultura, no artigo 39 da Lei 29, que altera dispositivos da Lei 2725, órgão colegiado imperativo produtivo, de composição paritária entre os poderes públicos e a sociedade civil, que garante a participação social, de caráter permanente e não admite balanços e regulações diferentes. O Conselheiro cita o artigo 216 da Constituição, o decreto 258 que regulou o Conselho, o artigo 319 do código penal e sugere, assim como a Conselheira Rita, que o conselho precisa se

entender. Já está errado mesmo e propõe que se faça uma reestruturação e que não se dissolva. O Conselheiro Augusto esclarece que no caso da proposta de dissolução ser aprovada, o Conselho não será extinto. Será feita nova eleição e todo caráter democrático de composição do Conselho será mantido, pois será cumprida a Lei. Se a decisão do plenário for pela dissolução, o que se faz em seguida é uma nova eleição para as cadeiras da sociedade civil, como tem sido esclarecido. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, quer fazer um resumo, onde várias coisas devem ser pontuadas, uma vez que a leitura da carta não aponta toda história. Fala sobre as votações na terceira conferência, sob a coordenação da comissão mista com poder público e sociedade civil, onde várias situações foram questionadas. Registra a reunião de treze de dezembro, quando a Secretaria de Cultura fez um encontro com muitos agentes culturais, onde a sociedade civil conversou sobre essa questão. Propôs fazer uma nova conferência, desde aquele momento, colocando para os integrantes do Fórum de Cultura a proposta de refazer a eleição, ou de manter, pois a apuração dos votos foi feita, com detalhada averiguação pela a maioria dos participantes da eleição e naquele momento, com as atividades de natal, seria necessário aguardar para dar seguimento ao assunto, até que aconteceu a reunião em seis de janeiro, neste ano, com uma nova rodada de negociação. Ou seja: várias reuniões, contínuas tentativas para ajustar o mesmo assunto. No dia vinte e um de fevereiro, no encontro organizado pela Secretaria de Cultura, onde apresentamos o que está sendo ajustado do Sistema de Cultura, a proposta aqui da Secretaria era fazer uma nova conferência e refazer o processo, a proposta que veio da sociedade civil, pela presidente do fórum, foi como vocês colocaram, refazer somente a eleição da música e dar posse para o restante e seguir. Me perguntaram: o secretário concorda com essa proposta? Eu acho que vários aqui estavam aqui nessa reunião. Até falei uma coisa na última reunião sobre isso. Se tinham problemas, se estavam alegando que tinha um problema na eleição na cadeira da música, mas não era só numa cadeira, isso ficou claro, não era apenas em um segmento, mas outros segmentos também. Por que a proposta do Fórum de refazer somente a da música? O Conselheiro Thiago afirma que para ele não guardava muita coerência, mas a partir do momento que a proposta foi apresentada pela sociedade civil, entendeu que valia encerrar o assunto e dar posse ao Conselho, uma vez que a sociedade civil sinalizava que não tinha problema nos outros segmentos, e refazer a eleição apenas da música resolvia tudo, o restante estava correto e a partir daí, seguiriam com o processo do Conselho. Foi refeita apenas a eleição da cadeira de música e o que acontece de lá para cá é a volta dos mesmos assuntos, aqui discutindo, mais uma vez, a mesma questão. Sempre volta, de novo na questão de eleição de Conselho, de nomes do Conselho, de situação erradas de nomes no Conselho, ações ali, antes dessa reunião de vinte e um de fevereiro e depois da posse, e várias idas e vindas, e agora, denúncia contra alguma coisa da eleição, denúncia da questão do Quilombo da Caveira. Na reunião com uma vereadora, com dois conselheiros e uma agente cultural, citaram até outras denúncias que estariam acontecendo. Aqui nas reuniões, sou Conselheiro, mas sou a pessoa que responde pela Secretaria de Cultura, ouço várias pessoas falando a mesma coisa, que está tudo errado desde o início. Ou seja, foi sim um longo processo para chegar até aqui, onde a todo momento o processo eleitoral é questionado por alguns Colegas da Sociedade civil, com denúncias e falas muito sérias questionando a lisura das eleições. Enquanto a Secretaria de Cultura acolhia sempre as propostas da sociedade civil, a ponto de fazer apenas eleição para cadeira de música, quando outras cadeiras também apresentaram questionamentos. O Conselheiro Thiago repete a reunião presencial na mesma Casa da Cultura Gabriel Joaquim dos Santos, em fevereiro, quando foi apresentada a projeção de reestruturação do Sistema Municipal de Cultura, com amplo convite para o setor cultural, onde ele foi

perguntado pela representante do Fórum de Cultura, com várias testemunhas, se concordava com a proposta de fazer eleição apenas para cadeira de música, quando afirmou que não achar certo, pois outras cadeiras também tinham sido questionadas, e que para garantir o final do processo e dar posse ao Conselho, concordou sim na eleição da cadeira música. Ou seja, a todo momento alguns agentes culturais colocam o processo em dúvida, de modo que a dissolução do Conselho pode ser aqui um encerramento desse processo, de equívocos, para começar outro, onde todos poderão agir de modo mais acertado. Ao final, o Conselheiro Thiago destaca que não tem sido fácil ouvir, a todo tempo, que o processo comprometeu a legitimidade da eleição, dito pelos mesmos agentes culturais, sendo mais prudente fazer uma nova eleição, de todas as cadeiras. A Presidente interrompe pelo tempo esgotado. A Conselheira Mariana, no uso da fala, registra que o Conselheiro Thiago se equivocou quando fala que a sociedade civil quis refazer só a eleição da cadeira de música. Pelo contrário, foi localizado esse problema na eleição dessa cadeira, que comprometia a legitimidade do processo. Foi dito por muitos que era interessante fazer uma nova eleição, para não comprometer a lisura do processo, foi feita uma reunião com a sociedade civil, que não era a favor disso e sim, a sociedade civil queria fazer uma nova eleição, entramos nesse acordo. Só que aconteceu que empacou na ata, na carta, e vocês tinham compromisso de fim de ano, natal e tudo mais, e acabou que não rolou o que tinha sido acordado. Posso passar a fala para a presidente do fórum que está aí, ela estava nesse dia, ela intermediou essa situação. Ela faz a fala sobre isso, esse acontecimento. A Conselheira Mariana afirma que em nenhum momento foi proposto refazer a eleição de uma cadeira só, se uma cadeira faz parte do processo todo, vai olhar e falar: poxa, se deu ruim e porque tá frágil, vou refazer direito, foi o que todo mundo propôs, afirmou. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, indaga a Conselheira Mariana se não aconteceu essa reunião com a proposta de refazer só a eleição da cadeira de música no dia vinte e um de fevereiro, nesse ano. A Conselheira Joseane interrompe e registra que foi acordado pelo Fórum, a impugnação da eleição se daria numa nova eleição para todos os segmentos e que todo mundo iria passar por um processo de eleição, quando o Secretário se posicionou contrário, pois teria como auditar os votos, cada um poderia ir na Secretaria auditar os seus votos, que dá pra seguir o processo dessa maneira, o que era algo que dava pra se corrigir. E aí ficou nessa situação, logo depois da conferência em outubro, passou novembro, e perdemos o diálogo por causa das festividades do fim do ano. O Conselheiro Augusto se inscreve, relata que o período de dezembro foi momento difícil na Secretaria, pelas atividades do Natal, mas a Secretaria conseguiu participar da reunião no início de janeiro quando o Fórum apresentou nome para Comissão que coordenou a eleição, durante a terceira conferência e nessa reunião de seis de janeiro se chegou em um acordo e os assuntos foram retomados. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, registra que seu resumo já era desse ano, após a reunião de seis de janeiro, pois no final do ano na reunião do dia treze de dezembro, foi informado da impossibilidade da Secretaria organizar outra eleição, era necessário aguardar um pouco. A Conselheira Joseane, no uso da fala, retorna ao Conselheiro Thiago e afirma que sim, foi avisado, e que o diálogo foi interrompido por esse motivo, porque a Secretaria estava com as demandas de final de ano e só em janeiro a gente voltou a conversar, onde teve a proposta de fazemos um acordo e foi retomando as coisas, foi quando eu sugeri que todo mundo fosse empossado, e daí, a gente tem como mexer no plano. A gente tem como incluir, é só provocar o prefeito, levar para o legislativo, incluir cadeira e tirar a cadeira, não tem necessidade de dissolver o Conselho. Por isso todo mundo sabe foi como processo se deu da gente aqui do fórum para hoje está esse conselho ativo foi assim que se fez que é praxe. Então assim, afirma a Conselheira Joseane, o que a gente

tá querendo entender qual é a justificativa plausível para dissolução do conselho? Porque voltar assuntos anteriores eu acho que isso vai acontecer em todos os momentos. Aqui é uma relação, a gente está construindo, a gente está aprendendo, está acertando, está errando. Então é normal. A gente está falando de assuntos que são pertinentes fatos verídicos no conselho. Então não acho isso tão impossível. Eu queria entender de quem propôs, por isso que eu queria anotar o nome, que foram as Conselheiras Paulinha e Renata, que não está presente, mais um que não lembro, que me explicasse qual é a justificativa para dissolver o Conselho. A Conselheira Joseane acha que é muito extrema a dissolução e diz que sai de casa e se compromete que está envolvido, muito envolvido como Paulinha cansou de falar aqui. Eu deixo família, eu deixo meu filho. Eu tive aniversário do meu sobrinho afilhado. A metade propondo, querendo uma situação extrema sem motivos plausíveis. Pois aconteceram coisas piores e a gente seguiu. Acho que dá pra gente conseguir e seguir. A Conselheira Cleise registra ausência dos Conselheiros Alexandre Araújo, Max Andrade, Renata Brito, Mário Márcio e Luiz Fernando, que enviaram e-mail com justificativa de ausência. A Conselheira Rita indaga quem foi que pediu para fazer só a eleição da cadeira da música, se foi a sociedade civil ou a secretaria de Cultura. A Conselheira Cleise, no uso da fala, faz um esclarecimento a conselheira Rita: No dia que foi realizada a primeira reunião do Sistema Municipal de Cultura, com três agendas para apresentar o Sistema, justamente na primeira, quando foi apresentada para sociedade civil as etapas para reestruturar o sistema municipal de cultura, em especial depois que a Cultura passou a figurar com uma unidade exclusiva na prefeitura, no dia dessa reunião, presencial, a casa estava lotada, foi feita uma projeção com detalhes do sistema, à disposição para esclarecer dúvidas, trocas informações, uma vez que a preocupação do Secretário era informar os passos seguintes que a Secretaria estaria procedendo, o que compete ao executivo, o executivo vai estabelecer. O que compete a consulta e participação da sociedade civil, obviamente a sociedade civil está incluída, mais do que legítimo, como o que cabe ao Legislativo, idem. Nessa reunião a presidente do fórum cultural, a colega Juliane pediu uma fala e fez a proposta de eleição apenas para música, junto com a secretaria do Fórum, a Tatiana Mussi. Estavam com uma proposta na hora, para se estabelecer somente eleição da cadeira de música, nesse momento tinha uma comissão organizada para coordenar o assunto da eleição, que foi acordada após a reunião de seis de janeiro, para resolver o que estava pendente, justamente composta a partir do entendimento após seis de janeiro, dia de Folia de Reis. O Conselheiro Augusto, no uso da palavra, afirma que essa decisão foi um equívoco, quando a Secretaria topa isso, pois na verdade outras cadeiras apresentaram problema na eleição, como a Cadeira Afro, e somente se acordou refazer a eleição da cadeira de música, votos que foram contados várias vezes e estava tudo certo, mas o que houve, de fato, era que o músico que ganhou não atendeu aos interesses do Fórum e por isso insistiram de refazer só esse segmento, embora outros segmentos tiveram problema também. O Conselheiro Elson, no uso da fala, afirma que pode ser feito ajuste na cadeira que está sendo reivindicada, faz parte do processo, todos estão querendo avançar, mas é preciso fazer direito e todo mundo propôs e concordou com a eleição da cadeira de música, e não teve proposta de refazer tudo e impugnar a eleição e fazer uma nova eleição para todos os segmentos. E o secretário se posicionou contrário, disse que teria como conferir todos os votos, um por um, com cada voto auditado. Ou seja, o processo foi válido dessa maneira e só precisava corrigir um segmento. Agora tão achando desculpa para fazer tudo outra vez. A Conselheira Cleise, no uso da fala de esclarecimento, afirma que participou dessa reunião por solicitação do secretário, na condição de consultora, atravessando uns dias para oficializar a minha presença na pasta, como servidora, ficou atendendo a Secretaria como consultora.

Esclarece que participou dessa reunião de seis de janeiro no fórum, que foi uma longa reunião virtual, onde se deu o acordo de fazer uma eleição suplementar, porque a terceira conferência ainda podia estabelecer esse expediente. Para organizar essa eleição suplementar, uma comissão foi composta, com dois nomes da sociedade civil e dois nomes da gestão pública, que foram eu e o Augusto pela gestão pública e o Luiz e o colega Jansen, irmão da agente cultural Juliane, que estava antes na Comissão, pela sociedade civil, esclarece a Conselheira que para surpresa, o Fórum neste dia vinte e um de fevereiro, sem aguardar os procedimentos da Comissão que organizava a eleição suplementar das cadeiras em aberto, sugere refazer apenas a eleição da música, isso se deu nesta reunião presencial da secretaria, dia vinte e um de fevereiro. A Presidente registra que não foi só a música que deu problema, pois foi constatado lacunas e alguns problemas em outras cadeiras, como de Cultura Afro deu problema. As únicas que não deram problema foram dança e artesanato. Cultura inclusiva, só tinha uma pessoa para votar, que era o próprio candidato, todos os outros deram problemas, todos. Teve eleitor que votou mais de uma vez, teve eleitor que dobrou voto. Foi escolhido refazer só a eleição da música, mas a gente pontuou várias vezes que os outros segmentos tiveram problemas. A Conselheira Rita, no uso da palavra, destaca que não aconteceu nada de errado na eleição do artesanato, e que por isso que a sociedade civil tinha que ter feito a apuração dos votos, todas as cadeiras, e isso tinha sido resolvido meses antes, e não se arrastar nessa novela. A Conselheira Mariana se dirige a mesa e afirma que por isso que a sociedade civil quis a impugnação da eleição. A Presidente Giselle Ruiz registra que, em outubro, após a realização da terceira conferência de cultura, os votos tinham como ser apurados, e foram, e foi oportuno que isso tenha sido feito, a apurações dos votos, uma vez que a ferramenta via internet garantia a veracidade da apuração, assim foi feito. Sendo provado, voto por voto. A Conselheira Paulinha, no uso da fala, registra o que está sendo feito, de real, para que o Conselho não seja dissolvido. A Conselheira indaga: desejam, para gente seguir sem delongas, sem picuinhas, sem essas coisas todas? Como vamos tocar? Pergunto para quem está insatisfeito também como eu. Que medidas podemos tomar para não ficar perdendo tempo? Meu objetivo aqui é colaborar, é acertar pelo melhor da nossa Cultura, sempre faço as mesmas falas, para isso, repito do lado de cá ou do lado de lá, o que vamos fazer para avançar? A Conselheira Mariana, no uso da fala registra que se a Conselheira Cleise fez esclarecimentos, também quer fazer e deixa sua fala para Juliane, que representa a sociedade civil, presidente do Fórum, para falar. Seria legal ela esclarecer, o que ficou meio que sem entender, inclusive a Conselheira Rita perguntou, quem propôs refazer só a música, quem não propôs? Como assim? Então, Juliane, por favor, diz a Conselheira Mariana. A Presidente esclarece que os convidados têm a fala franqueada no final da reunião. A Conselheira Mariana questiona a mesa, insistindo na fala da convidada, alegando que a se Conselheira Cleise esclareceu, seria legal ter um representante do outro lado para esclarecer. A Presidente repete que os convidados falam no final da reunião, e que os Conselheiros da sociedade civil, já estão aqui, inclusive, representando seus pares e que a Conselheira esclareceu porque integra o Colegiado, e responde pela secretaria executiva. O Conselheiro Elson, no uso da fala, afirma a Conselheira Paula que sua pergunta foi muito importante, e não há necessidade nenhuma de dissolver, o que tem de ser feito é garantir o que a Cultura Quilombola está propondo, incluir no Conselho. O legislativo tem como fazer isso daí, se o secretário, como já aconteceu em 2016, uma carta para executivo, para incluir, fácil. Explica a situação que aconteceu, ao prefeito, e o legislativo vai fazer a alteração na lei. Qual o problema nisso? Agora dissolver só por causa desse assunto? Não. O Conselheiro Augusto esclarece que não foi a Secretaria que apresentou a proposta de minuta de alteração de lei. Levamos a proposta do Fórum,

que na época não adotava nossa deliberação como mista e só a sociedade civil deliberava no fórum. A Conselheira Paula, no uso da fala, afirma que entende a colocação senhor Elson, e acha que cabe a nós, todos nós aqui, querendo seguir para um mesmo lado. Mas afirma que até agora não entendeu de fato o que a gente pode fazer pra resolver. Outro ponto que eu queria colocar e que teria condições dessas reuniões serem mais cedo, eu também trabalho se tem gente que trabalha, mas essas reuniões serem mais cedo, gente? É muito tarde, olha a hora que eu a gente saí daqui? Eu entendo, compreendo que a gente tem que ter essas reuniões, mas fica muito tarde, é perigoso. Por exemplo, moro em Sapeatiba Mirim. Como é que vou para casa? Ninguém tem nada com isso, mas estou aqui, com a mesma vontade de vocês aqui para que a Cultura ande, para que esse Conselho funcione, ou o Conselho comece do zero para voltar, com tudo resolvido. A gente vai continuar fiscalizando, pois esse é o nosso papel mesmo. Porque o Conselho continua, ele tem que existir, ele não vai ser extinto, o que estamos discutindo aqui é se será dissolvido para fazer nova eleição, essa é minha proposta. O Conselheiro Gil concorda com a Conselheira Paula. A Presidente faz um esclarecimento que não foi discutido dias e horários das reuniões do Conselho, porque não se discutiu o calendário, isso não foi feito porque o regimento não foi aprovado. Tivemos mais de vinte e cinco destaques na minuta apresentada em plenário. O Conselheiro Augusto, no uso da fala, esclarece que a minuta foi elaborada em conjunto, pela sociedade civil e gestão pública, após quatro reuniões apresentou a minuta do novo regimento para o plenário. O Conselheiro Lívio solicita inscrição e registra solidariedade a Conselheira Paulinha e com relação aos horários, tem um monte de problemas particulares, tem problema de saúde e para estar nesse horário é complicado. Afirma que todos os conselhos da Prefeitura funcionam durante o expediente. Alguns colegas moram em outros municípios, outros moram longe também e isso fica difícil e que por questão de segurança, afirma o Conselheiro, que já foi roubado várias vezes indo pra casa, e acha que é preciso buscar esse ajuste, primeiro pela integridade física, pela segurança de todos, afirma o Conselheiro Lívio, e outra coisa, todos são trabalhadores, o dia inteiro cumprindo expediente. É necessário ter boa compreensão, bom senso porque várias figuras do Conselho que já estão na Cultura a muito tempo, muito tempo de prefeitura. O Conselheiro Livio afirma que: a gente está aqui não para simpático, não para quebrar o pau com ninguém, mas para fazer a cultura andar. Não fazer o que aconteceu no passado, no governo passado. Eu quero que conste isso em ata, por favor. Em outra gestão, onde eu fui destrutado, desrespeitado e ninguém me defendeu na Cultura. O Conselheiro Lívio afirma que é fundador da Casa da Cultura, se hoje os mais jovens estão aqui, ele é fundador da Casa, seu sangue está neste lugar, assim como está no teatro, na escola de artes e outros equipamentos do município, no qual tentaram até contra a sua vida. Então eu peço total respeito aos conselheiros, a todos que aqui estão, meu neto está doente, vou ter que ir para casa, vou ter que me retirar. A Presidente registra melhoras para o Conselheiro Lívio. A Conselheira Cleise, no uso da fala, registra que os dois vetos foram aprovados no congresso nacional, aprovando assim a lei Aldir Blanc 2 e a Paulo Gustavo. A Conselheira Vanessa Dias, no uso da fala, afirma que sobre dissolver o conselho ou não dissolver, se há solução, e solicita para ser avaliado se é possível ou não, fazer uma minuta pedindo a alteração. Na minuta, acrescentar essa cadeira, se é isso que está falho, e indaga se tem como fazer uma minuta, encaminhar para câmara e aprovar. A Conselheira avalia que isso é algo possível, não avalia que isso é uma coisa impossível de ser feita, para não ser necessário refazer o conselho, refazer reunião, refazer votação. Solicitando mais uma cadeira no conselho, isso é possível, indaga a Conselheira Vanessa Dias. O Conselheiro Augusto, esclarece que uma proposta de minuta para Câmara alterar as cadeiras do Conselho não



é impossível, pois quem trata de lei é a Câmara. A questão é avaliar uma proposta para apresentar, o que cabe é o conselho pensar muito, pois não é só ver essa cadeira. Nós somos um dos maiores conselhos que existe de cultura do estado, aliás, quase do tamanho do Conselho Estadual, aqui é pensar no tamanho imenso que está esse Conselho, que não é o caso de aumentar cadeiras. A Conselheira Mariana, no uso da fala, afirma que o Conselho tem representatividade. O Conselheiro Augusto responde a Conselheira que não tem, esse é um dos problemas, pois teve eleição onde conselheiro eleito foi eleito por um voto apenas, teve eleição três vezes e ainda tem cadeiras em aberto, sem candidato, isso não é representatividade, me desculpa gente, não é. O Conselheiro Augusto pondera que é o caso de pensar o tamanho desse Conselho, que é o maior Colegiado da região, um dos maiores do Estado né, quase do tamanho do Conselho Estadual de Cultura, que tem dezesseis cadeiras de titulares e dezesseis de suplentes de cada parte, poder público e sociedade civil. São Pedro, menor que Cabo Frio, está com esse Conselho imenso, com três eleições para compor as cadeiras da sociedade civil e até hoje tem cadeira vaga, sem gente para ocupar. O Conselheiro não concorda de se pensar em aumentar a cadeiras, pois na verdade, pensar em diminuir que seria o coerente. É preciso ter maturidade sim, para pensar na qualidade de funcionamento do Conselho. A Conselheira Vanessa Dias diz que concorda, pois realmente tem “quinhentas” cadeiras e antes, na época a gente não tinha. O Conselheiro Augusto, no uso da fala, afirma que até hoje tem cadeiras em vacância, por falta de candidato, é para se pensar, com algumas pessoas falando em aumentar cadeiras, quando na verdade era avaliar em diminuir cadeiras. O conselheiro Thiago no uso da fala afirma que são quarenta e oito, se todas as cadeiras estiverem preenchidas. Quarenta e oito é o número do conselho de São Pedro da Aldeia, mas uma cadeira, Quilombola, na verdade, são mais quatro, entre titular e suplente da sociedade civil e do poder público, para manter a paridade. E olha aí, mais dificuldade para o poder público, com mais cadeiras para compor com as outras secretarias. Numa reunião passada foi perguntado sobre Cabo Frio, que a população quase dobra, maior que a nossa população, e são nove cadeiras no Conselho. No Conselho do Estado tem dezesseis. Conversei com o Secretário de Cultura de outro estado, o estado inteiro tem onze cadeiras somando as duas, sociedade civil e poder público. Essa aqui é uma discussão que precisamos pensar, no tamanho desse Conselho da nossa cidade. Essa proposta que estão falando aqui, como seria? Incluir uma cadeira numa que está em andamento, tirar alguém que já foi eleito, não entendi, declara o Conselheiro Thiago. A Conselheira Vanessa Dias, indaga para o Conselheiro Thiago, se fizer dissolução o que é, se é diminuir as cadeiras. A Conselheira Mariana, no uso da fala, indaga sobre diminuir as cadeiras, como é isso. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, afirma que é para pensar, que é preciso conversar de novo. A Conselheira Vanessa Dias afirma que foram quatro ou seis meses debatendo cadeiras. O Conselheiro Augusto afirma que a discussão foi feita apenas pela sociedade civil. A Conselheira Vanessa Dias indaga se quem está solicitando essa cadeira esteve nesse debate no início. A Conselheira Mariana, no uso da fala, afirma que não consegue entender o porquê de acabar com o Conselho, mesmo que os combinados tenham tido discussão ou voltando sempre nos assuntos, com gente dizendo que estava tudo errado, tudo mais e aí propõem dissolver o Conselho. O que pode fazer é ver o saldo vago de cadeiras e incluir o que falta, fazer uma unificação, fundir, incluir quilombola, ou outra. Se tem exemplos de Conselhos mais participativos, esse Conselho também pode entender que dá para incluir mais alguém, só incluir uma cadeira que precisa incluir. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, registra que o momento em que foi debatido o assunto era muito complicado, momento de pandemia, e os debates aconteciam de forma online. Alguns agentes culturais tiveram dificuldades

de internet, de acesso. Registra que pode, não afirma que é o caso, mas pode ter sido a questão do quilombo, exemplo, eles não participaram dessa discussão. É pode ter acontecido com outros agentes que, de repente, não participaram no momento de pandemia, online, por causa da dificuldade com a tecnologia e por não ter acesso à internet, essa dificuldade que é uma realidade. A discussão foi parcial, por conta do momento que estávamos vivendo. Acrescentou que houve a discussão do grupo de trabalho com relação a isso e que também foi discutido no fórum. E aponta para outro possível problema na reunião que tratou sobre as vedações que gente deliberou e restringia ainda mais a participação. A Presidente esclarece ao Conselheiro Thiago, que neste caso, abrindo um parêntese, os servidores da Secretaria Municipal de Cultura não participavam das discussões e propostas do Fórum, pois a opinião dos servidores da Secretaria não eram inclusas ou consideradas no Fórum, quem votava no fórum, quem decidia era a sociedade civil. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, afirma que de fato, tudo era decidido pela sociedade civil, sem que os servidores da Secretaria participassem nos assuntos, apenas uma servidora, mas as decisões eram da sociedade civil. A Conselheira Vanessa Dias indaga se vão fazer toda essa discussão de novo, se vai ficar tira, põe, cadeira a menos ou a mais e pergunta se seria muito ruim município ficar com treze cadeiras. A Presidente Giselle Ruiz, no uso da fala, pondera que já há dificuldades para preencher as cadeiras que já estão em aberto, a partir do registro do Conselheiro Augusto, com cadeiras vagas até hoje. Esclarece que não foi a Secretaria que apresentou proposta de dissolução do Conselho. O próprio Conselho fez a proposta e está sendo discutida, como ponto único de pauta, que todos receberam. O Conselheiro afirma que se tem agente cultural que é contra a dissolução, tem outros da sociedade civil que são a favor, pois avaliam que o Conselho perdeu o foco, sem nenhuma discussão produtiva. O Conselheiro destaca que até o regimento está sem aprovar, pois recebeu mais de vinte destaques, tendo passado por um imenso trabalho do GT de revisão, onde tinha representante da sociedade civil, onde devia ter sido feita uma conversa entre os pares da sociedade civil, ou seja, até para aprovar o regimento, tudo é complicado. O Conselheiro Augusto destaca que até a formação do Fórum se soube depois que estava equivocada, pois devia ser misto, mesmo com maioria da sociedade civil, mas misto, e isso não se deu em momento algum, pois o Fórum de Cultura não permitia deliberação com a presença da gestão pública, só a sociedade civil discutia e aprovava as propostas, até fechar microfone de servidores se fechava. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, afirma que cada nova cadeira que a sociedade civil pensa em apresentar, tem que ter a cadeira da gestão pública. Se já é um esforço no sentido de ter doze cadeiras da gestão pública, mais cadeiras esse esforço aumenta. A presidente seguindo a ordem das inscrições passa a fala para o Conselheiro Rodrigo. O Conselheiro Rodrigo no uso da fala afirma que não é democrático fazer reunião durante o dia, porque as pessoas realmente não têm esse tempo, tem que trabalhar. As pessoas do Conselho não têm como ser liberadas do trabalho. O conselheiro entende que todo mundo realmente tem um problema em termos do horário, mas infelizmente não é democrático marcar reunião pela manhã, ele não fala por ele, que até seria melhor, pois dá aula à noite, e pode estar em reunião na parte da tarde ou pela manhã, mas ele pensa na sociedade civil como um todo, acaba não sendo democrático por conta disso, porque as pessoas realmente não têm condição de sair do seu trabalho e participar de reunião durante o dia. O Conselheiro participou da discussão anterior onde algumas pessoas pediam para mudar o horário da reunião para às dezenove horas. O Conselheiro afirma com base na experiência que teve no conselho do município de Cabo Frio que a questão do horário é complicado, mas ter reuniões no horário comercial não é democrático pois gera um esvaziamento da sociedade civil. Sobre essa questão da dissolução, o

Conselheiro diz que não entendi o motivo para se dissolver, pois se demorou para ter o Conselho funcionando. O Conselheiro Rodrigo acha que é um desperdício, tudo que se trabalhou e todas as questões que foram colocadas, e ainda assim o tempo que foi gasto de trabalho, perder tudo dissolvendo o Conselho antigo para eleger um novo. A presidente esclarece que o Colegiado não discutiu dias e horários das reuniões, pois isso seria feito após a aprovação do Regimento, que infelizmente não foi aprovado, uma vez que recebeu muitos destaques, de três Conselheiros, para apreciação, ou seja, não se discutiu calendário, era preciso antes aprovar o regimento. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, afirma que não consegue entender a coerência quando a gente diz antes que tinha que ser impugnado, que tinha que refazer tudo que estava tudo errado tudo mais. Então, da semana passada pra cá, acabei pensando bastante sobre isso. O que que aconteceu, quando fizeram a proposta para refazer somente a eleição da cadeira de música e o restante, deixa para lá, e como eu, como Secretário, aceito essa proposta, imaginava que sim, daqui para frente vamos avançar, e não é o que acontece. A gente tem vários episódios de novo, com gente questionando coisas anteriores, antes desse acordo feito, e mesmo nessa reunião de novo tem gente que falou sobre o problema, já falou que estava tudo errado, mas vamos continuar. Não consigo entender. Sobre as cadeiras, continua o Conselheiro Thiago, já esclarecendo, eu acho que no meio do processo, agora, eu acho complicado. Acho que tem que ter a discussão das cadeiras, se vai incluir, só incluir a cadeira, se vai diminuir. Tem exemplos de Conselhos com um número grande, se vão ser participativos, a gente aqui vai entender que dá pra incluir mais alguém, vai só incluir uma cadeira se é que precisa incluir, porque eu ainda também não vi a questão legal. Se até levantaram que tem mesmo, tudo, mas eu não vi. Pode ser que tenha, pode ser que não tenha. Mas fazer essa discussão, definir as cadeiras, para poder fazer uma votação. Tem vários episódios, a Conselheira Paulinha nos seus questionamentos. No grupo do Fórum Regional, por exemplo, o Conselheiro Estadual Facury escreveu sobre a questão de uma cidade que foi parar no Ministério Público, no caso aconteceu, pela opção de impugnação para refazer a questão das cadeiras. Então a gente tem tentando resolver aqui fazer, e aí acontece de novo, tem uma denúncia, tem repetidos questionamentos, tem várias coisas que vão vindo na mente. Assim que vocês leram a carta, várias das coisas registradas na carta, estão com uma parte do longo contexto. Por exemplo, da regra da suplência, que não existia, eu não sabia, errei porque não sabia, afirma o Conselheiro Thiago. Não existe eleição para suplente, e aqui foi feito, por decisão do Fórum. Isso pode ter interferido no processo de fato, quando se vota só em um candidato e o segundo mais votado é o suplente. Questão da participação. Acho complicado, onde chegamos, com esses equívocos. O Conselheiro Thiago afirma que a Secretaria de Cultura, o tempo todo se esforça para atender a sociedade civil, para conversar, e a questão do horário, Conselheiro Rodrigo, a gente não deliberou isso ainda. Existe compreensão do poder público dessa conversa, dessa participação. A convocação da primeira reunião e as outras, até agora, todas são no horário que privilegia a sociedade civil, nessa questão. Como falou o Conselheiro, também não acho democrático de fazer de manhã. Para chegar em um horário viável, com participação de todos, ainda será discutido. Até errei em algumas coisas, por não saber, procurando atender o tempo todo a sociedade civil, representados ali pelo Fórum de Cultura, que debatia as propostas e a secretaria acatava. O Conselheiro Diego solicita inscrição, declara que é muito importante a participação de todos, e que está muito feliz de estar no Conselho. Não queria ter visto seu nome em notícias falsas e até caluniosas, já deixou sua fala sobre isso em reunião passada, até solicitou reunião no Fórum de Cultura para ter essa oportunidade de falar entre os agentes culturais, mas o Fórum não fez reunião, de muito tempo não tem reunião, aliás. Todos do Conselho devem chegar

num denominador comum para fazer esse nosso trabalho, no Conselho, andar. O Conselheiro relata que custou ver sua cara tantas vezes estampada em matérias de blogs e rádios, onde algumas famílias e amigos ficaram surpresos de ver o nome dele naquelas situações, e nem neste momento ele se ausentou do Conselho, onde ganhou a eleição duas vezes para cadeira de músico. O Conselheiro declara que em nenhum momento desistiu, ou deixou de atuar, de querer fazer cultura, quando em alguns momentos, conversando com amigos, perguntaram - Diego, vale a pena você passar por essa situação toda, tem nenhuma necessidade? E refletiu muito, muito, muito e cada vez reflete que não vê necessidade para certas coisas que tem acontecido no Conselho, tanto a calúnia, quanto a difamação e tanto cenário de briga, onde se questiona até mesmo a lisura de uma ata. É necessário refletir muito, como homens e mulheres do bem que são, todos que atuam como Conselheiros. Todo devem refletir, né? Eu Diego, pensando como fazer para ajudar na representação da música, no meu bairro, na cidade, no nosso setor cultural, como ampliar as condições para a formação de músicos, para várias pessoas. Eu me emociono muito com isso porque isso me faz pulsar, me faz sentir importante para as pessoas que precisam de cultura, declarou o Conselheiro Diego. Estamos refletindo sobre o que podemos representar para outras pessoas? Cada um aqui, todos, já pararam no espelho e se olharam com essa pergunta? Para uma criança pequena como eu vi lá na Mangueira, é um momento de reflexão. Eu quero muito, por Deus, quero muito que todos aqui façam essa reflexão, do que estamos fazendo nesse Conselho, o que queremos. Se é possível fazer algo para não dissolver o Conselho vamos fazer, eu concordo, declara o Conselheiro Diego, dizendo que foi eleito duas vezes, duas vezes. Se não tiver como melhorar, se não temos como sair desse lugar que não anda, acaba e começamos outra vez, e olha que sou eu dizendo isso, eleito duas vezes, repito, eleito duas vezes. repito isso novamente, eleito duas vezes, porque alguns fizeram questão disso. Então, vamos refletir. O Conselho indaga para Conselheira Cleise se o Fórum de Cultura tem como dar continuidade, no caso de ficar sem Conselho de Cultura. A Conselheira Cleise responde que sim, o Fórum de Cultura continua, e o Conselho, em caso de uma possível dissolução, não acaba, ele existe por força da lei. O Conselheiro Diego afirma que não quer o Conselho sem funcionar, e que todos ali são líderes. Todo mundo é batalhador, mas se não tiver como, se for uma necessidade de acontecer, a dissolução, então que todos se prepararem psicologicamente para todas as pessoas que necessitam do trabalho do Conselho nessa grande reflexão e avalia que é bom chegar nessa solução, sendo o melhor para o próprio Conselho. Seguindo a ordem das inscrições a presidente passa a fala para Mariana. A Conselheira Mariana no uso da fala declara que tendo em vista que a lei define que é o direito dos povos originários terem representatividade no Conselho, tanto que a denúncia do Ministério Público, porque é um direito desses povos terem representatividade, vale considerar uma cadeira para esse povo, os Quilombolas, não é uma alternativa é necessário, tanto que uma denúncia veio a público. É preciso se adequar, diz a Conselheira Mariana e afirma que é preciso adequar o Conselho. Afirma que entende o Conselheiro Tiago quando fala que não é sobre muitas cadeiras e tudo mais. A Conselheira acha, por exemplo, como se adequar com a proposta de ver a total vacância da cadeira em artes plásticas e o Conselho fazer uma consonância entre artes plásticas e artesanato, para abrir um lugar para uma cadeira por causa da representação Quilombola, aí continuam as doze cadeiras, não aumenta, ficam vinte quatro, com os suplentes. A Conselheira Mariana argumenta que é verificar o que está em total vacância, compor com o artesanato, que aí não seria problemático no sentido da lei. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, indaga à Conselheira Mariana se a proposta é para juntar no artesanato. A Conselheira Mariana concorda que sim, pois o artesanato tem

uma cadeira e a arte plástica é outra, e a cadeira de artes plástica está vaga, sem titular e suplente, com total vacância e a Conselheira apresenta proposta a mesa diretora para que não seja dissolvido o Conselho, mas sim seja feita uma unificação de duas cadeiras, abrindo vaga para uma cadeira, para os quilombolas, sem aumentar o número atual de cadeiras no Conselho. De qualquer jeito os Quilombolas vão ter que entrar, pelo direito deles, e se não entram no Conselho, vão entrar com o Ministério Público, com denúncia, vão fazer isso dessa maneira. E a Conselheira avalia que os Conselheiros presentes devem fazer essa avaliação, mas não dissolver o Conselho, pois isso é a pior maneira de resolver. Se isso acontecer, a unificação das cadeiras, ela é total favorável, porque acha que é um direito deles, dos Quilombolas, terem essa representatividade através do Conselho. A Conselheira pondera que as pessoas estão muito desconfiadas, ainda passam por muitas experiências, e que agora o Conselho precisa mostrar que tem essa representatividade para mudar isso, e talvez isso precise começar dentro do Conselho, que é cabível dar essa solução, porque eles têm o direito sim de serem representados. Não concordo como foi colocado pelo Conselheiro Tiago, que eles não participaram das reuniões da terceira conferência porque foram impedidos e tal, eles participaram sim, eu lembro do Robertão participando em setembro, e até votaram, inclusive o Robertão, em outros segmentos, acho que o LGBT, quem nem fez sentido na época né, declarou a Conselheira Mariana e continuou dizendo que o Robertão concorreu para cadeira Afro, sendo que falava que não se sentia representado, mostrando que ele estava no processo e que tinham um time legal de pessoas para requerer a cadeira e é isso que quero deixar claro aqui, registrou a Conselheira Mariana Lobo, encerrando a fala dizendo que aprova essa cadeira independente, e que não sendo maioria, ela apresenta essa proposta para ser discutida e deliberada. A Conselheira Cleise solicita inscrição. Registra que a Secretária vem tentando agendar uma reunião com agente cultural Jéssica, integrando o Conselheiro Luiz Fernando, a Presidente do Conselho e a própria Conselheira, mas ainda não foi possível compor o horário com o agente cultural, mesmo depois de várias tentativas, onde a agente cultural respondeu, via mensagem de aplicativo no celular, que esteve em duas reuniões do Conselho de Cultura e não falou. Foi esclarecido que os convidados falam no final da reunião do Colegiado, com a fala franqueada pelo plenário. A conselheira aproveita para explicar o questionamento do conselheiro Diego Feliciano dirigido a ela sobre fórum. Na verdade o fórum é um agrupamento dos agentes culturais, dos produtores, dos artistas e é um espaço inclusive, também de diálogo que envolve a gestão pública e a sociedade civil, prestigiando em especial a sociedade civil, que deve estar em maioria na coordenação, onde deve sim incluir nomes da sociedade civil e da gestão pública, a exemplo dos Fóruns Regionais e Estadual. A Secretária executiva do Conselho informa que foi distribuído documento, também enviado por e-mail para contextualizar os colegas como é que surgiu os fóruns de cultura, como isso foi um ganho no estado do Rio de Janeiro, sobre a organização dos Fóruns Culturais, em especial, após a institucionalização do Sistema Estadual de Cultura (Lei 7035/2015). A Conselheira explica que alguns fóruns se organizaram antes da aprovação da lei do Sistema Estadual. Destaca o livreto azul, da Lei Estadual de Cultura, também à disposição dos Conselheiros, para auxiliar nesse entendimento. Inclusive, nos esclarecimentos, o registro que os Fóruns de Cultura (como o de São Pedro da Aldeia), deve ter composição mista, com nomes da sociedade civil e da gestão pública, inclusive na coordenação do Fórum, sendo que a Sociedade Civil fica sempre em maior número nos Fóruns, porque se estamos falando de diálogo, obviamente tem nomes da gestão e tem nomes da sociedade civil. Relembra que no ano passado, acompanhando algumas reuniões do Fórum de Cultura de São Pedro da Aldeia, também esclareceu isso, onde esse mesmo documento, quase uma cópia, são os mesmos

esclarecimentos, registros da Lei 7035/2015 que instituiu o nosso Sistema Estadual de Cultura do RJ e que também alertou sobre a inexistência de eleição para suplente, tanto para a coordenação do Fórum Cultural, como para gestora da secretaria de cultura que acompanhava a discussão da eleição da terceira conferência. A Conselheira, em resposta ao Conselheiro Feliciano, afirma que o Fórum de Cultura continua certamente, como também o Conselho de Cultura continua, o Conselho não vai acabar, caso seja aprovada aqui uma dissolução dessa atual composição. Repito: o Conselho não acaba. Se a discussão desse plenário apontar para uma dissolução é dessa composição aqui. O Conselho Municipal de Política Cultural de São Pedro da Aldeia continua, ele é instituído por lei. O procedimento, em caso de dissolução, como mencionei na última reunião, é a convocação de uma conferência, onde a sociedade civil terá seus nomes eleitos. Pelo que estamos ouvindo aqui, e o que a própria carta que foi lida pelas Conselheiras, vale boa reflexão, de um lado e de outro. Ouvimos aqui o Conselheiro Thiago, que responde como Secretário de Cultura, ouvimos algumas vezes, na reunião passada e hoje, o registro de alguns equívocos. Isso é muito importante, isso é uma postura de humildade, onde a gestão pública reconhece possíveis equívocos, onde somos todos passíveis de cometer erros, não se acerta tudo. Por isso a Prefeitura tem uma Procuradoria, por isso que os Secretários das pastas se reportam ao jurídica. A Conselheira Joseane no uso da palavra, informa que estão tentando achar propostas para resolução de problemas, sabe que legalmente é necessário ter a representatividade dos quilombolas, e reforça a proposta da Conselheira Mariana de unir os segmentos artes plásticas e artesanato, que é boa essa solução, de unificar cadeiras. Registra que se o Conselho for dissolvido é um atraso imenso, pois vai parar a fiscalização da Secretaria, e que o Conselho extinto é um absurdo, ele tem que existir sim. A Conselheira declara que também não vê a questão legal para dissolver o Conselho, se até levantaram que tem, ela não pensa assim, pode até ser que tenha, mas a Conselheira não vê desse modo, essa discussão deve definir estratégias para fazer uma votação certa, tem vários episódios, por exemplo. Se algum caso desses foi parar no ministério público, é porque alguém fez essa opção de recorrer ao Ministério público para refazer a questão das cadeiras, então o Conselho pode fazer aqui a mudança que precisa, antes de acontecer de novo uma outra denúncia, é o Conselho que deve refazer agora, ou por força até do Ministério público. A Presidente se ausenta por um momento, e a Conselheira Cleise acompanha as inscrições do plenário. A Conselheira Joseane concorda com a Conselheira Mariana, e sugere acrescentar o Quilombola no segmento da cadeira que ocupa, ficando cultura afro, indígena e quilombola. A conselheira Paulinha pede para registrar em ata, já que as Conselheiras Joseane e Mariana leram sobre esse assunto na carta, que da parte dela, na outra reunião de vinte e sete de junho, não houve agressão verbal, afirma que não agrediu ninguém. Destaca o entusiasmo de todos pela aprovação do acordo no Congresso Nacional pelas leis, da satisfação dos conselheiros ao receber a notícia sobre a chegada de recursos da Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc 2. Lembra que o que importa é colocar em prática os projetos culturais, os objetivos da cultura para população aldeense e apresenta perguntas para o plenário: o que faremos? A Conselheira Paula afirma que até agora foram feitas algumas propostas, além da proposta da pauta que é pela dissolução, fazer outra eleição e começar do zero, e indaga o que será feito, se a votação é agora, se continua a discussão, se prossegue assim, o que será feito. A secretária executiva, Conselheira Cleise Campos, na condução dos trabalhos da mesa na ausência da Presidente Giselle Ruiz, informa estão sendo acolhidas as inscrições para discussão do tema. Uma vez encerradas as inscrições, o plenário faz a votação das propostas, caso tenha mais de uma proposta. A deliberação da matéria está sendo feita com as inscrições dos Conselheiros, onde o plenário está em

discussão. A Conselheira, no uso da fala, confirma que Cabo Frio tem um Conselho com menor número de cadeiras, que são nove, menos cadeiras que o Conselho de São Pedro da Aldeia. O Conselho Estadual de Política Cultural do RJ é composto por dezesseis cadeiras. A Conselheira informa que a Secretaria de Cultura, atendendo solicitação, realiza estudo sobre a composição de Conselhos na região dos Lagos e outras cidades em similar número populacional que São Pedro da Aldeia, guardando ainda, nos estudos em curso, a relação com a composição dos Conselhos Estadual e Nacional, pois tais estudos não foram realizados no ano de dois mil e vinte um, quando operada a alteração do Conselho Municipal de Política Cultural de São Pedro (número de cadeiras e representação). A Conselheira registra que a pesquisa é estratégica e relembra que qualquer mudança no Conselho, entre número de cadeiras ou as respectivas representações artísticas-culturais (fusão de cadeiras, aumento de cadeiras, diminuição de cadeiras), é competência do poder legislativo. A Conselheira Vanessa Dias, no uso da fala, propõe juntar as cadeiras de dança com artes cênicas, diminuindo o número de cadeiras, para incluir a cadeira de quilombola, e que teria até nome para essa cadeira unificada, artes de um corpo. A Conselheira destaca que assim para não é preciso fazer tudo de novo. A secretária executiva, Conselheira Cleise, indaga a Conselheira Vanessa Dias se ela está apresentando uma proposta, com resposta afirmativa da Conselheira Vanessa Dias. O Conselheiro Thiago, no uso da fala, afirma que ano passado, quando foi acertado a mudança das cadeiras, foi bom, pois garante real representatividade dos segmentos artísticos, mudando um formato que não atendia o setor cultural. O Prefeito recebeu a proposta de forma positiva e seguiu para os Vereadores. O Conselheiro afirma que de fato, teria sido muito importante um estudo para avaliar o tamanho do Conselho, o número de cadeiras, o que não foi feito. O Conselheiro pondera que é necessário uma discussão, pensar bem, pois não seria o caso de tirar alguma cadeira para incluir outra, trocar nome de cadeira, como ouviu tal proposta, se foi isso que entendeu. É preciso repensar a soma total, ter maturidade nessa avaliação. É necessário tomar decisões coerentes, porque as pessoas debateram antes num momento muito complicado, como ele já afirmou, em plena pandemia, com reuniões virtuais, debate online. Hoje, olhando para aquele momento da eleição na terceira conferência de cultura, o Conselheiro pensa que as regras que excluíram mais que incluíram, de repente, não se contribuiu para garantir a participação dos agentes culturais, em um tempo que tudo estava diferente, de pandemia, e a votação na conferência, online, foi sim dificuldade para várias pessoas, sem acesso à tecnologia, sem operar esse mecanismo. O Conselheiro destaca sua preocupação até onde a Comissão organizadora e eleitora, da terceira conferência, fez atenta reflexão sobre tudo isso. O Conselheiro Thiago questiona se o grupo de trabalho que coordenou a terceira conferência, ao tomar a decisão de não autorizar o pessoal do Quilombo da Caveira de participar, se foi acertada, e foi justa, naquele momento e lembra que discutiu isso no Fórum de Cultura, mas com relação ao Fórum é outro problema, porque quem era da gestão pública não tinha direito de deliberar, de votar, como naquela reunião do Fórum que decidiu restringir a participação na Conferência, mas quem era da Secretaria não participou dessas decisões, não contou com a participação do poder público. Encerrando a fala, o Conselheiro Thiago afirma que agora não é o caso de agora procurar culpados, mas sim de avançar no processo, melhorar, aprender com os equívocos. A Conselheira Cleise situa a Presidente Giselle Ruiz, de volta à coordenação dos trabalhos da mesa, sobre as novas propostas das conselheiras, Joseane e Vanessa Dias. A conselheira Mariana, no uso da fala, reitera sua proposta de unificar artes plásticas, ainda sem nome de titular e suplente. A conselheira Vanessa Dias, no uso da fala, retira sua sugestão e apoia a proposta da Conselheira Mariana. A Conselheira Joseane, no uso da fala,

registra que a proposta da Conselheira Mariana atende tanto o povo afro, o povo indígena e os quilombolas, que passa a ser representado, e os problemas são solucionados. A Conselheira afirma que não mexeria no quantitativo do Conselho, pois está pronto, foi uma conquista do ano passado. A Conselheira Paula, no uso da fala, reafirma declaração anterior, pois até agora não viu consenso, não viu composição para avançar nas mesmas questões, é justamente o contrário, um falando do outro, admitindo que o processo foi todo errado. Presidente, mantenho a proposta para resolver, refazendo tudo. O Conselheiro Tiago, no uso da fala, registra que na primeira eleição, foi feita uma eleição suplementar com muitos participantes, muita gente votando, um quantitativo presencial de participantes para essas quatro cadeiras vagas, muito maior em relação a todas as outras cadeiras na primeira eleição, na quarta conferência. Então esse número de participação é para pensar, e mesmo com duas eleições, não teve artista plástico da cidade participando de duas eleições. O Conselheiro Augusto se inscreve e registra que a comunidade Quilombola tem representatividade assegurada nos Conselhos da Educação. Não acha se isso se aplica para os Conselhos da Cultura. Informa que vai procurar essa lei, na parte da cultura. Na educação está prevista pela lei de diretrizes e Bases da Educação, com direito voltado para eles, por isso eles têm essa cadeira assegurada no nos conselhos da educação. Na cultura, ainda desconheço, afinal, a minuta de lei passou pela nossa procuradoria antes de seguir para Câmara Municipal, a proposta de alteração, passou pela procuradoria da Câmara, então, mais uma vez, ainda não tem nada forçando, porque senão eles teriam barrado. O Conselheiro Thiago se inscreve, afirmar ser sua última inscrição, porque não quer mais falar. A Presidente Giselle Ruiz anuncia encerramento das inscrições na fala da Conselheira Vanessa Dias. A Conselheira Cleise esclarece que se o plenário entender que é necessário mais discussão da matéria, novas inscrições deve ser acatadas para apreciação da matéria, onde a Presidente então, acolhe mais inscrições. Até agora são duas propostas que foram apresentadas à mesa. A primeira proposta, que está anunciada em pauta, pela dissolução desse colegiado, com imediata recomposição das cadeiras da sociedade civil a partir de convocação da quarta Conferência Municipal de Cultura, para eleição de nomes, e uma segunda, apresentada pela Conselheira Mariana que propõe uma recomposição de cadeiras do Conselho, tirando daqui alterando ali, mudando a nomenclatura dali, uma fusão de cadeiras. A Conselheira lembra que qualquer mudança na composição do Conselho compete à Câmara, onde Conselho pode apresentar sugestão da matéria. Se o plenário entender que precisa continuar discutindo a matéria, a Presidente acolhe mais inscrições, caso não, a matéria esclarecida, a Presidente segue para votação das propostas, ou seja: dissolução e convocação de conferência para nova eleição do Conselho, ou recomposição de cadeiras, com fusão de cadeiras. Presidente, a matéria pode ser levada a votação, não temos mais inscrição para discussão. A Conselheira Joseane, no uso da fala, quer saber em qual momento os visitantes podem fazer uso da fala. O Conselheiro Augusto Azevedo esclarece que, como já informado, os convidados tem a fala franqueada no final da reunião, com aceno do Plenário. A Presidente Giselle Ruiz encaminha as duas propostas para votação, solicitando atenção do Plenário, sendo a proposta um, pela dissolução do Conselho, com imediata convocação da quarta conferência municipal de cultura, e proposta dois, pela fusão das cadeiras. A Presidente solicita atenção para votação, onde os Conselheiros manifestam seu voto. A Conselheira Paula, no uso da fala, se dirige a mesa diretora para indagar se a dissolução é para fazer outra conferência, com eleição das cadeiras. A Conselheira Cleise esclarece que sim. Caso seja aprovada a dissolução, uma nova eleição será convocada para compor os nomes da sociedade civil, como esclarecido antes. A Presidente abre votação na primeira proposta pela dissolução, e solicita manifestação da



plenária. A Conselheira Cleise faz contagem de votos, com total de nove votos na proposta um (Gilcimar da Fonseca; Paula da Conceição Azevedo; Ivonete da Conceição; Marta Silva Freitas; Philipe Amorim; Vanessa de Almeida; Thiago Silva; Aline Arenari e Diego Feliciano). A Presidente abre votação para segunda proposta pela fusão de cadeiras, e solicita manifestação da plenária. A Conselheira Cleise procede a contagem de votos na proposta dois, sendo apurado oito votos (Mariana Lobo; Andréa Rezende; Rita Valadares; Juan Carlos Gonçalves; Vanessa Dias; Joseane Rabello, Renato Fulgoni e Mayra Oliveira), com um voto de abstenção (Cleise Campos). A Presidente anuncia que a proposta um foi a vencedora com maior número de votos, sendo aprovada a dissolução do Conselho, para imediata convocação da quarta conferência municipal de cultura para eleição de nomes da sociedade civil. A Conselheira Joseane solicita que seja registrado os nomes dos Conselheiros que votarem na dissolução. A Conselheira declara que a dissolução foi aprovada por nada, porque o Conselho nem tem como garantir a entrada dos Quilombolas, ainda será apreciado pela Lei. A Conselheira Paula se despede, com licenças pela saída. A Conselheira Mariana indaga a Presidente se agora convidados, podem falar. A Presidente Giselle Ruiz, antes de encerrar a reunião consulta se algum convidado gostaria de fazer uso da fala. A agente cultural Juliane de Carvalho se manifesta, cumprimenta boa noite e declara: me chamo Juliane, presidente do Fórum. Nessa outra reunião aconteceram algumas coisas, de acusação sobre a presidência da comissão, que no caso cabia a mim e junto com o Luis que também fazia parte da comissão, de ceifar a participação do quilombola, isso trata-se de uma mentira, tá? não foi isso que aconteceu. Lembrando que eu tenho todos os registros em atas. Gostaria que vocês tomassem um pouco mais de cuidado nas falas de vocês, sempre falam isso pra gente, cuidado, cuidado com que vocês falam, é sério, é seríssimo. Isso também é muito sério, principalmente porque tem que fazer uma investigação em curso ao qual vocês vão responder e não a gente como sociedade civil. A gente teve o contato com Robertão, a gente ajudou ele, essa representação dele é estatual, ele está sendo embaçado pela Associação Estadual de Quilombola, esteve comigo, conversei com a presidente de lá, eu expliquei para ela o que estava acontecendo e ela realmente disse que a cultura quilombola, não é cultura afro. Esse termo de cultura afro, foi termo que partiu da secretaria, tá? A composição antes era Associação Quilombo Caveira Botafogo, no dia 8 de fevereiro de 2021, tava seu Geraldo, o próprio Robertão, Rita, a Dóris. A Capitu explicou para eles que legalmente não podia ter as associações, e por isso teriam que ser retiradas, tinha a ASIASP, enfim, exposto a sociedade Civil, através de uma servidora. A partir daí a gente continuou. Então assim, em momento nenhum a sociedade civil ceifou a participação do Quilombo. O que aconteceu foi que mesmo durante todo esse tempo de inscrição, eu conversei com Robertão, eu conversei com pessoas do quilombo, as pessoas que disseram que não iam participar, porque era muita aporrinhão, eu estive presencialmente no Quilombo, eu participei de um curso dentro do Quilombo, que tinha um que era do circuito, enfim, então, a Sociedade Civil, fez parte dela. E essa questão de representação, ele tá no direito dele, ele falou que veio aqui duas vezes, conversou com vocês, que apresentou que ele precisava dessa representatividade, eu tenho registrado, para explicarem para ele que não tinha necessidade, porque ele podia concorrer a Cultura Afro, quem escreveu o quilombo foi a Secretaria, em Patrimônio e Cultura Afro. Então toda essa confusão foi por desconhecimento, eu acho mais bonito dizer assim, que foi por desconhecimento, a gente tá aprendendo agora a gente está entendendo as leis e vamos abraçá-la e não apontar o dedo e falar assim a comissão ceifou porque isso é sério porque isso é grave. Então é só isso mesmo, para vocês tomarem cuidado com o que vocês estão falando, com as pessoas que estão falando,

porque eu não eu não preciso. Então é só isso. O Conselheiro Augusto, no uso da fala, esclarece que, uma vez que foi citado, precisa registrar que foi feita uma deliberação sim, que impediu os Quilombolas de participar. Foi feita pela Comissão, que deu empate, e a presidente deu o voto de minerva para desempatar, que era a agente cultural Juliane Carvalho, então não tinha como. Foi uma deliberação da comissão, então eu só apresentei fatos, registrado em ata. A Presidente Giselle agradece a importante participação de todos. A Conselheira Cleise registra encontro do ICMS dia treze de julho, com envio de informações sobre a agenda em release detalhado. Será o primeiro encontro em São Pedro da Aldeia sobre o ICMS, para tratar da lei do ICMS, com a presença da superintendente estadual, com dois encontros, sendo um com empresários e logo depois com os agentes culturais e produtores. São mais de cento e trinta milhões sob renúncia fiscal, via ICMS para incentivo de projetos culturais e é fundamental que parte destes recursos sejam destinados para projetos em São Pedro da Aldeia, com devido patrocínio via renúncia fiscal. As vinte horas e vinte quatro minutos, sem mais nada a tratar, a Conselheira Giselle Ruiz – Presidente, declara a reunião encerrada. Eu, Cleise Campos, lavrei a presente, atesto e afirmo, aqui assinada pela coordenadora dos trabalhos, Presidente Giselle Ruiz e pelos integrantes do Colegiado que assim desejarem. Conselheiros presentes: Gilcimar da Fonseca; Paula Azevedo; Ivonete dos Santos; Marta Freitas; Philipe Bitencourt Amorim; Vanessa de Almeida; Thiago Silva; Cleisemery Campos; Renato Cosme Fulgoni; Aline Arenari; Mariana Lobo Loures; Diego Feliciano; Andréa Correia Rezende; Rita de Cassia Valadares; Juan Carlos Gonçalves; Vanessa Dias; Joseane Rabello, Mayara de Oliveira; Augusto Azevedo; Rafael Zeca; Lívio Campos; Giselle Ruiz Lima e Elson Carvalho.